

Folha de São Paulo, 24 de Maio de 2022.

## **Inflação continuará persistente apesar de desaceleração, dizem economistas**

Por: Nathalia Garcia

Para quem olha apenas para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), indicador oficial de inflação, o pior parece estar ficando para trás --mas isso não quer dizer que o consumidor sentirá um alívio no bolso tão cedo. Após provavelmente ter atingido o seu pico, a inflação tende a arrefecer de forma lenta nos próximos meses.

"A gente fala muito de desinflação, que é uma taxa de inflação menor. Isso significa preços acelerando menos, mas cada vez mais altos. Para o consumidor, ainda é um período pesado para os gastos", afirma Júlia Passabom, economista do Itaú Unibanco.

No acumulado em 12 meses até abril, o IPCA ficou em 12,13%, maior nível desde outubro de 2003 (13,98%). Nesta terça-feira (24), o IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15) atingiu 12,20%, com elevação de 0,59% em maio, ante alta de 1,73% no mês anterior, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O que ajudou a segurar o resultado de maio foi a deflação do grupo habitação (-3,85%), puxada pelo fim da cobrança extra na tarifa da conta de luz, com a passagem da bandeira de escassez hídrica à verde a partir de 16 de abril.

Transportes e vestuário apresentaram taxas menores, alimentação e bebidas também recuaram.

De acordo com as projeções do Itaú, a inflação deve permanecer no ritmo de 10% até o fim do terceiro trimestre e sair do patamar de dois dígitos apenas em outubro. A expectativa do banco é de que o indicador encerre 2022 ainda pressionado, em 8,5%, refletindo preços administrados (combustíveis) mais elevados e desinflação de bens no segundo semestre.

Mirella Hirakawa, economista sênior da AZ Quest, vê como risco a uma inflação mais comportada possíveis reajustes nos preços de combustíveis, que impactam rapidamente a renda da população, além de gargalos vindos de industriais, ainda bastante pressionados.

Em suas projeções, o IPCA deve se manter em um platô em torno de 11% a 12% até agosto, recuando para um dígito também no mês de outubro, até fechar o ano em 9,3%.

A disparada da inflação é reflexo de uma série de choques inflacionários sucessivos desde meados de 2020, começando por alimentos (alimentação no domicílio), seguido por administrados (energia), até atingir industriais (bens). "Quem se contamina por último é a parte de serviços, que é muito mais persistente e inercial", diz Júlia Passabom, do Itaú.

Além de elevada, a inflação está bastante disseminada. A economista Margarida Gutierrez, professora do Coppead/UFRJ (Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, da Universidade Federal do Rio de Janeiro), destaca que

núcleos continuam pressionados e que mais de 70% dos preços que compõem a cesta subiram em abril, com índice de difusão de 78,25%.

Reajustes de preços vêm garantindo a persistência das pressões inflacionárias no país, bem como o cenário internacional, com lockdowns na China e sanções contra a Rússia devido à guerra na Ucrânia.

Dado o contexto internacional, Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do Banco Central e sócio fundador da Mauá Capital, observa que o mundo ainda não se encontra no pico de inflação, mas que o Brasil está em uma situação diferente.

A primeira razão, segundo ele, é o fato de o país ser exportador de commodities e ter o choque atenuado pela taxa de câmbio, que tende a ficar um pouco mais apreciada. Em segundo lugar, pontua o estágio avançado do ciclo de aperto monetário no Brasil.

No dia 4 de maio, o Copom (Comitê de Política Monetária) do BC elevou a taxa básica de juros (Selic) em 1 ponto percentual, a 12,75% ao ano. Para a próxima reunião, em junho, sinalizou uma alta adicional de menor magnitude.

"O Banco Central já fez 90% do trabalho, mas tem a questão da defasagem. A política monetária vai acumulando efeito até ficar com efeito pleno e acabar reduzindo a inflação. É um processo", afirma.

A defasagem da política monetária, que tem até 18 meses para surtir efeito integral na economia, abre caminho para a desaceleração do aumento dos preços. Para Figueiredo, a tendência é que a inflação se acalme, ajudada

também pelo menor risco fiscal no curto prazo, mas com a ressalva de que ainda vivemos em um cenário de grande incerteza.

A taxa prevista pelo governo para o IPCA em 2022, de 7,9%, representa mais do que o dobro da meta a ser perseguida pelo BC. O valor fixado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para este ano é de 3,5% --com 1,5 ponto percentual de tolerância para mais ou para menos.

Se as projeções se confirmarem, será o segundo estouro da meta consecutivo. A inflação fechou 2021 em 10,06%. O economista Heron do Carmo, professor da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, da Universidade de São Paulo), ressalta que as projeções decrescentes até 2023 mostram que a política monetária está calibrada para derrubar a inflação.

A sazonalidade também deve contribuir com esse lento processo nos próximos meses. Os especialistas indicam que o IPCA costuma ser mais alto no primeiro trimestre do ano, puxado por reajustes nos preços administrados, como aumento nas mensalidades escolares, e pelos alimentos in natura, sensíveis aos impactos climáticos.

No início deste ano, a produção de alimentos foi afetada pelo clima adverso no Brasil. Os registros de seca no Sul, além de chuvas fortes no Nordeste e no Sudeste, castigaram diversas plantações. Geraram, assim, reflexos sobre a oferta e os preços.

O governo também tem adotado medidas na tentativa de segurar os preços no curto prazo: desonerações tributárias sobre diesel e produtos industrializados

(com o corte do IPI para 35%), além da redução de imposto de importação de etanol e alguns insumos e alimentos.

O exemplo mais recente foi visto na última segunda-feira (23), quando a Camex (Câmara de Comércio Exterior) aprovou uma nova redução de 10% nas alíquotas do Imposto de Importação sobre produtos comprados no exterior - feijão, carne, massas, biscoitos, arroz e materiais de construção, por exemplo.

Discute-se também a redução da cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) aplicado a combustíveis e energia elétrica que, se aprovada, traria um alívio momentâneo à inflação.

Para Mauro Rochlin, economista da FGV (Fundação Getúlio Vargas), um cenário de inflação decrescente às vésperas da eleição pode servir ao governo no momento em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) busca seu segundo mandato e segue em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"O governo pode ter o argumento de que controlou a inflação, pode ser uma narrativa que funcione", afirma.

A estratégia, no entanto, também traz riscos. Os economistas alertam que iniciativas como cortes de tributos trazem resultados pouco expressivos sobre a inflação no curto prazo e podem produzir efeitos secundários e levar a um aumento de demanda - o que pode pressionar os preços à frente, gerando um resultado oposto ao esperado.

Link para a matéria original:  
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/05/inflacao-continuara-persistente-apesar-de-desaceleracao-dizem-economistas.shtml>